

Editorial

IGREJA E CONSTITUIÇÃO

Fernando B. de Ávila

A Igreja no Brasil, através de sua ação pastoral, no campo social, procurou colaborar para a construção de uma sociedade justa e fraterna. Pode-se mesmo afirmar que o empenho nesta construção foi o objetivo que revela o sentido e a coerência das numerosas iniciativas, pronunciamentos, campanhas desenvolvidas pela Igreja, na sua pastoral social, especialmente durante os anos difíceis do ciclo militar que se encerrou, com o advento da Nova República.

A Igreja tem consciência que seu desejo de contribuir para uma sociedade mais justa e fraterna passa agora por um esforço de explicitar as exigências cristãs de uma nova ordem constitucional.

IMPORTÂNCIA DO MOMENTO POLÍTICO

O Brasil atravessa um momento político grave. As opções a serem feitas neste momento serão decisivas para o futuro da nação diante da alternativa com a qual ela se defronta. A alternativa é a seguinte: ou preparar o caminho para a consolidação de uma democracia realmente participativa com a elevação das condições de vida da população a níveis de decência social; ou perder esta oportunidade histórica, esvaziando o sentido de novidade que se pretende garantir à atual experiência política brasileira. Por outras palavras: trata-se ou de optar por construir algo de realmente novo, ou de oferecer à nação o triste espetáculo de um mero revezamento no poder de lideranças políticas presas aos mesmos interesses partidários, preocupadas com os mesmos cálculos eleitorais, vítimas dos mesmos vícios políticos e apenas retoricamente empenhadas com as mudanças profundas e radicais nas quais a nação deposita a sua esperança na novidade da República que se anuncia.

Perdida esta chance histórica, a frustração do povo poderia precipitar a nação num processo de turbulência social de conseqüências imprevisíveis. As disparidades sociais e regionais se acentuariam até aproximar-se perigosamente da situação de um apartheid social, no qual, setores minoritários altamente modernizados da sociedade seriam submersos na inundação crescente da pobreza, da indigência e da miséria.

Esta situação extremamente injusta, a ponto de tornar-se ameaçadora, exige, como primeira condição de sua superação, uma profunda reforma das instituições, reforma que deverá consolidar-se num novo pacto constitucional.

O SENTIDO DA CONSTITUIÇÃO

A rigor, o Brasil não possui uma Constituição. Possui uma Emenda Constitucional outorgada em 1969 pela Junta Militar então no poder. Tal emenda se destinava a dar maiores poderes discricionários ao regime militar instalado pelo golpe de 1964.

O Governo militar se extinguiu submerso pelos grandes movimentos cívicos que se estenderam a toda a nação, em 1984. Inaugurou-se um regime político. Já denominado de Nova República. Um novo regime não pode continuar a funcionar como uma velha constituição, inadequada às novas realidades e incapaz de responder aos novos anseios da nação.

Uma Constituição, com efeito, é o pacto institucional fundamental que deve regular toda a vida da nação. É a lei básica que consagra as grandes normas com as quais se devem conformar todas as leis. É a Carta magna à qual compete, em linhas gerais, sem entrar em minúcias regulamentares.

A nação está vivendo o processo constituinte, através do qual vai explicitando suas aspirações e anseios e vai discernindo aqueles que melhor a deverão representar na assembléia a ser eleita no dia 15 de novembro. É um momento privilegiado de educação e conscientização política do povo. A participação do povo neste processo é de uma importância decisiva. Só um povo que participa assumirá a futura Constituição como obra sua: saberá comprometer-se com ela e exigir a sua urgência. A Igreja, que caminhou junto a este povo no período difícil que se encerrou, não poderá omitir-se no momento decisivo

que inaugura um novo período de vida nacional.

A COLABORAÇÃO DA IGREJA

É difícil compreender a atuação pastoral da Igreja no Brasil sem referir-la a um fato de capital importância. A Igreja chegou a uma consciência clara de duas realidades: a primeira, o Brasil é hoje numericamente a maior nação católica do mundo; segunda, o Brasil é hoje um dos países do mundo marcado pelas maiores disparidades sociais. Esta dupla constatação tem despertado na Igreja uma crescente preocupação por sua responsabilidade evangelizadora. Se nenhuma ideologia tem exigências sociais mais radicais do que as decorrentes da fé no evangelho, na Boa Nova de salvação, não é tolerável que o maior país católico do mundo seja incapaz de demonstrar ao mundo que, a partir da fé, é possível construir uma sociedade justa e fraterna.

É a consciência desta dupla realidade que permite entender a coerência da atuação da Igreja, no campo da pastoral social, coerência que não elimina tensões e contradições: a Igreja optou pelas mudanças profundas e radicais, mas rejeitou sempre a violência como meio de realizá-las. Esta opção, em sua dupla dimensão, pela mudança e contra a violência, foi reconhecida como pastoralmente válida, em inequívocos pronunciamentos do Santo Padre, por ocasião de sua visita à nossa Pátria.

Não era, contudo, uma opção cômoda. Situava-se entre fogos cruzados: de um lado, os que se beneficiavam fartamente de uma situação de injustiça social; de outro, os que a acusavam de reformismo e se impacientavam por transformar em luta ostensiva os conflitos latentes gerados pela mesma injustiça.

A nação amadureceu no sofrimento destes longos anos de arbítrio e da difícil conjuntura por eles legada. O amadurecimento se processou na linha de coerência assumida pela Igreja. Hoje, existe um significativo consenso nacional pela necessidade das mudanças, e pela necessidade que estas mudanças se realizem dentro dos espaços democráticos abertos pelo novo regime.

Estamos vivendo o momento histórico no qual a Igreja continuando na sua linha de coerência, deve colaborar ativamente para que este novo pacto, dando uma base constitucional às mudanças inadiáveis, canalize, para a construção de uma nova sociedade, os dinamismos que se desperdiçariam em conflitos e violências de altos custos so-

ciais e humanos.

Dentro deste objetivo, a colaboração específica da Igreja deverá orientar-se principalmente para aquelas áreas onde estão em jogo valores éticos fundamentais. Ela tem consciência que, sem a preservação destes valores, as mudanças ou serão frustradas, gerando conflitos, ou servirão de pretexto para atropelar direitos inalienáveis da pessoa humana. Entre estas áreas ressaltam como de maior importância: a organização do poder a serviço do bem comum e os direitos relativos à vida, à família, à educação, ao trabalho e à propriedade que possibilitem uma convivência social mais humana e fraterna.

A nação brasileira não está se dando conta de uma enorme mistificação de que está sendo vítima por parte das minorias ruidosas orquestradas por certos meios de comunicação social.

A mistificação consiste em inculcar como elementos da identidade cultural brasileira as formas mais degradantes de permissividade que atentam contra valores fundamentais como a dignidade do corpo humano, o direito à vida, à sacralidade da família.

A difusão impune desta mistificação é particularmente grave num momento em que o Brasil se prepara para definir o novo pacto institucional a ser consolidado na Constituição da Nova República.

Existe o risco real de se pretender dar acolhida constitucional a comportamentos aberrantes, pelo simples fato das dimensões que lhe são atribuídas pelos meios de comunicação. Cabe ao Direito regular os desdobramentos provocados pela evolução da dinâmica social de um povo. Mas esta regulação tem limites impostos por um Direito maior, uma ética fundada na mais profunda experiência humana. Perder de vista estes limites gera um processo cumulativo que estimula formas mais ousadas de permissivismo capazes de pressionar no sentido de novas concessões jurídicas que acabam se tornando verdadeiras abdições da nobre função do Direito.

A PARTICIPAÇÃO DO POVO

A Igreja, é o sacramento da unidade, do povo de Deus, o sinal visível e eficaz da reconciliação a ser celebrada na ação de graças, a eucaristia, para acolher a vida comunicada por Cristo através de seu Espírito e promover o Reino de Deus com todos os homens de boa vontade.

O povo brasileiro é um povo que, na sua grande maioria, conserva a fé cristã que recebeu através de quase 5 séculos de evangelização, fé sincera e profunda, não obstante as contaminações do sincretismo e as devastações do ~~comunismo~~ ^{consumismo} permissivista. Neste momento importante da vida nacional, é indispensável que este povo, majoritariamente católico e cristão, tome consciência de sua força. Ele não pode deixar-se submergir numa espécie de anonimato católico, deixando que minorias ruidosas ocupem a arena do debate constitucional. Num espaço cultural e pluralista, o povo de Deus tem o direito de levantar sua voz em defesa de valores que se identificam com os autênticos valores humanos.

Não é necessária uma análise sofisticada da realidade social para constatar que o povo brasileiro rejeita a sociedade que aí está: que ele tem anseios e aspirações voltadas para mudanças profundas e radicais. Agora ele tem a chance de realizá-las através de uma participação ativa no debate constitucional que já começou com o processo constituinte. É uma chance nova para milhares de brasileiros que nunca participaram de um tal processo.

A elaboração da Constituição não é monopólio de peritos na ortografia constitucional. A presença destes é indispensável para dar forma articulada ao texto final. Mas é a participação do povo que deverá definir o seu conteúdo.

Isso não constitui tarefa de tal modo difícil que deva ser reservada a juristas e a especialistas. Qualquer brasileiro tem condição para participar do debate da Constituinte. Basta que ele reflita sobre as condições de sua vida, de sua família, de seu trabalho, da realidade em que elas estão inseridas, para poder discernir o que pode ficar e o que deve mudar. Refletindo sobre esta realidade, que ele conhece porque a sofre na própria carne, qualquer brasileiro tem uma palavra a dizer sobre como a sociedade deve se organizar, como deve funcionar no cumprimento dos deveres e no respeito dos direitos do governo, dos cidadãos e de todas as instituições intermediárias. O importante é não se omitir para não chegar atrasado.

Entretanto, para que esta participação de todos seja eficaz, é indispensável definir conteúdos mínimos necessários, sobre os quais os cristãos devem estar de acordo e pelos quais devem lutar. Esta luta não se identifica com uma campanha por um moralismo conservador que, sob a retórica de um discurso moralizante, esconde a defesa de interesses egoístas ou classistas. É uma luta por resgatar a dignidade do homem e da mulher, no cenário do novo horizonte cultural em

que vivemos, para construir uma sociedade onde seja possível viver com decência e sem medo.